

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos, Demais Profissionais de Nível Superior da Área de Saúde e Empresários de Guarulhos e Região – Sicoob UniGuarulhos
Guarulhos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos, Demais Profissionais de Nível Superior da Área de Saúde e Empresários de Guarulhos e Região – Sicoob UniGuarulhos, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob UniGuarulhos em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção ao fato de a Cooperativa apresentar, em 31 de dezembro de 2018, passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 7.077 mil (capital circulante líquido negativo), indicadores de inadimplência e provisão para operações de crédito acima da média do Sistema Financeiro Nacional e ter incorrido em perdas consecutivas nos últimos exercícios, que resultaram na perda acumulada de R\$ 3.380 mil. Conforme comentado na nota explicativa número 14.b, a Cooperativa elaborou plano de ação em conjunto com o Sicoob Central UNI para melhoria dos seus resultados e de seus indicadores, com o objetivo de promover o crescimento contínuo de seu patrimônio de referência. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Gestão, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Gestão e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório de Gestão, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 26 de março de 2019.




Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS, DEMAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DA ÁREA DE SAÚDE
E EMPRESÁRIOS DE GUARULHOS E REGIÃO - SICOOB UNIGUARULHOS
CNPJ nº 02.250.794/0001-77**

**Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em reais)**

Ativo	Nota	31-dez-18	31-dez-17	Passivo	Nota	31-dez-18	31-dez-17
Circulante				Circulante			
Disponibilidades		609.453	7.147.680	Depósitos	11	91.381.431	76.902.745
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	5.133.809	4.502.635	Depósitos à vista		25.261.010	18.934.828
Títulos e valores mobiliários		-	123	Depósitos a prazo		65.919.815	57.778.328
Relações interfinanceiras	5	60.415.612	48.379.214	Depósitos sob aviso		200.606	189.589
Operações de crédito	6	15.824.607	10.278.145	Outras obrigações		1.534.718	677.074
Outros créditos	7	893.740	325.011	Sociais e estatutárias	12.1	569.464	314.200
Outros valores e bens	8	2.961.560	942.046	Fiscais e previdenciárias	12.2	120.112	124.021
Total do ativo circulante		85.838.781	71.574.854	Diversas	12.3	845.142	238.853
				Total do passivo circulante		92.916.149	77.579.819
Não circulante				Não circulante			
Operações de crédito	6	19.066.736	18.612.024	Provisões para riscos fiscais	23	21.000	110.975
Devedores por depósitos em garantia	23	52.671	52.671	Total do passivo não circulante		21.000	110.975
Investimentos	9	2.624.032	3.501.328	Patrimônio líquido			
Imobilizações de uso	10	460.509	626.207	Capital social	14.a	18.489.118	18.903.183
Intangível		3.797	-	Reservas de sobras		-	1.372.493
Total do ativo não circulante		22.207.745	22.792.230	Perdas acumuladas	14.b	(3.379.741)	(3.599.386)
				Total do patrimônio líquido		15.109.377	16.676.290
Total do ativo		108.046.526	94.367.084	Total do passivo e patrimônio líquido		108.046.526	94.367.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Janaine Lopes Pimentel
Diretora Executiva

Solange Oliveira Secco
Diretora Administrativa

Janete Ribeiro Pereira
Contadora – CRC nº SP25009404

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS, DEMAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DA ÁREA DE SAÚDE E EMPRESÁRIOS DE GUARULHOS E REGIÃO - SICOOB UNIGUARULHOS CNPJ nº 02.250.794/0001-77				
Demonstração das sobras ou perdas 2º Semestre de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)				
	Nota	2º Semestre de 2018	2018	2017
Ingressos e receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito	15	5.775.591	10.314.306	10.681.593
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros		152.115	279.541	522.381
		5.927.706	10.593.847	11.203.974
Dispêndios e despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado	11.b	(1.979.298)	(3.869.358)	(5.912.722)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.651.740)	(4.380.218)	(5.343.201)
		(3.631.038)	(8.249.576)	(11.255.923)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.296.668	2.344.271	(51.949)
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais				
Ingressos e receitas de prestação de serviços		524.864	1.010.672	1.364.291
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		643.532	1.059.264	521.371
Dispêndios e despesas de pessoal	16	(1.517.335)	(3.127.936)	(2.749.747)
Outros dispêndios e despesas administrativas	17	(2.732.511)	(5.232.571)	(6.052.778)
Dispêndios e despesas tributárias		(105.048)	(151.326)	(69.466)
Ingressos de depósitos intercooperativos		1.802.188	3.334.008	5.397.261
Outros ingressos e receitas operacionais	18	330.395	421.176	361.752
Outros dispêndios e despesas operacionais	19	(544.636)	(753.852)	(1.368.056)
		(1.598.551)	(3.440.565)	(2.595.372)
Resultado operacional		698.117	(1.096.294)	(2.647.321)
Resultado não operacional				
Despesas não operacionais			(31.000)	-
		-	(31.000)	-
Resultado antes da tributação e das participações		698.117	(1.127.294)	(2.647.321)
Imposto de renda e contribuição social		(23.486)	(30.826)	
Resultado antes das destinações estatutárias		674.631	(1.158.120)	(2.647.321)
Sobras ou perdas líquidas do exercício		674.631	(1.158.120)	(2.647.321)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Janaine Lopes Pimentel
Diretora Executiva

Solange Oliveira Secco
Diretora Administrativa

Janete Ribeiro Pereira
Contadora – CRC nº SP25009404

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS, DEMAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DA
ÁREA DE SAÚDE E EMPRESÁRIOS DE GUARULHOS E REGIÃO - SICOOB UNIGUARULHOS
CNPJ nº 02.250.794/0001-77**

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)**

	<u>Capital Social</u>	<u>Fundo de Reserva</u>	<u>Perdas Acumuladas</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31/12/2016	18.142.765	1.372.493	(914.395)	18.600.863
Destinação das sobras exercício anterior				
Ao capital	39.050	-	(39.050)	-
Recuperação de perdas	-	-	1.380	1.380
Integralização/subscrição de capital	404.772	-	-	404.772
(-) Devolução de capital	(1.144.719)	-	-	(1.144.719)
Integralização de juros ao capital	1.501.927	-	-	1.501.927
IRRF sobre juros ao capital	(40.612)	-	-	(40.612)
Perdas líquidas do exercício	-	-	(2.647.321)	(2.647.321)
Saldos em 31/12/2017	18.903.183	1.372.493	(3.599.386)	16.676.290
Recuperação de perdas	-	-	5.272	5.272
Integralização/subscrição de capital	379.958	-	-	379.958
(-) Devolução de capital	(794.023)	-	-	(794.023)
Utilização do fundo de reserva	-	(1.372.493)	1.372.493	-
Perdas líquidas do exercício	-	-	(1.158.120)	(1.158.120)
Saldos em 31/12/2018	18.489.118	-	(3.379.741)	15.109.377

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Janaine Lopes Pimentel
Diretora Executiva

Solange Oliveira Secco
Diretora Administrativa

Janete Ribeiro Pereira
Contadora – CRC nº SP25009404

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS, DEMAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DA ÁREA DE SAÚDE
E EMPRESÁRIOS DE GUARULHOS E REGIÃO - SICOOB UNIGUARULHOS**

CNPJ nº 02.250.794/0001-77

**Demonstração dos fluxos de caixa
2º Semestre de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)**

	2º Semestre de 2018	2018	2017
Atividades operacionais			
Sobras (perdas) do exercício / semestre	674.631	(1.158.120)	(2.647.321)
Ajustes			
Provisão para operações de crédito	1.651.740	4.380.218	(1.475.526)
Provisão para contingências	(89.975)	(89.975)	-
Depreciações e Amortizações	75.463	173.772	91.020
	2.311.859	3.305.895	(4.031.827)
Varição nos ativos e passivos			
Operações de crédito	(8.763.175)	(10.381.392)	1.214.260
Outros créditos	(683.616)	(568.729)	832.569
Outros valores e bens	(2.088.520)	(2.019.514)	40.437
Depósitos	12.743.450	14.478.686	(329.748)
Outras obrigações	(479.783)	857.644	(2.692.899)
	728.356	2.366.695	(935.381)
Caixa gerado nas operações	3.040.215	5.672.590	(4.967.208)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aportes e incorporação de capital em investimento	883.446	877.296	(27.675)
Aquisições e incorporação de imobilizações de uso	(6.704)	(6.704)	1
Aquisições e incorporação de ativos intangível	(5.167)	(5.167)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	871.575	865.425	(27.674)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento por novos aportes de capital	191.410	379.958	404.772
Devolução de capital à cooperados	(473.852)	(794.023)	(1.144.719)
Recuperação de perdas	713	5.272	1.380
Incorporação de juros ao capital (líquido do IR)	-	-	1.461.315
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(281.729)	(408.793)	722.748
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	3.630.061	6.129.222	(4.272.134)
No início do período	62.528.813	60.029.652	64.301.786
No fim do período	66.158.874	66.158.874	60.029.652
Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa	3.630.061	6.129.222	(4.272.134)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Janaine Lopes Pimentel
Diretora Executiva

Solange Oliveira Secco
Diretora Administrativa

Janete Ribeiro Pereira
Contadora – CRC nº SP25009404

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS, DEMAIS
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DA ÁREA DE SAÚDE E EMPRESÁRIOS DE
GUARULHOS E REGIÃO – SICOOB UNIGUARULHOS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31/12/2018 E 2017**

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS, DEMAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DA ÁREA DE SAÚDE E EMPRESÁRIOS DE GUARULHOS E REGIÃO – SICOOB UNIGUARULHOS**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **04/11/1997**, filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNIGUARULHOS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 11/02/2019.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	609.453	7.147.680
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.133.809	4.502.635
Títulos e valores mobiliários	-	123
Relações interfinanceiras - centralização financeira	60.415.612	48.379.214
TOTAL	66.158.874	60.029.652

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em **31 de dezembro de 2018** e **2017**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Banco Santander	3.064.013	2.938.936
Banco Safra	1.555.309	1.204.233
Outros Bancos	514.487	359.466
TOTAL	5.133.809	4.502.635

As aplicações realizadas são remuneradas pela variação do CDI.

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de Dezembro de **2018** e **2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	60.415.612	48.379.214
TOTAL	60.415.612	48.379.214

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	188.035	-	188.035	604.145
Empréstimos	15.256.772	20.597.593	35.854.365	30.261.207
Títulos Descontados	2.077.131	-	2.077.131	1.279.998
Financiamentos	560.216	937.881	1.498.097	612.373
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.257.547)	(2.468.738)	(4.726.285)	(3.867.554)
TOTAL	15.824.607	19.066.736	34.891.343	28.890.169

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	91.173	-	75.547	166.720	-	1.782.086	-
A 0,50% Normal	11.997.508	85.139	425.731	12.508.378	(62.542)	13.887.450	(69.437)
B 1% Normal	15.178.786	787.997	910.836	16.877.619	(168.776)	7.999.857	(79.999)
B 1% Vencidas	909.357	524	13.805	923.686	(9.237)	476.065	(4.761)
C 3% Normal	2.313.658	280.883	13.996	2.608.537	(78.256)	2.004.460	(60.134)
C 3% Vencidas	667.014	99.508	-	766.522	(22.996)	1.305.477	(39.164)
D 10% Normal	222.350	129.848	-	352.198	(35.220)	165.231	(16.523)
D 10% Vencidas	41.791	20.971	-	62.762	(6.276)	536.600	(53.660)
E 30% Normal	160.667	45.208	-	205.875	(61.763)	68.220	(20.466)
E 30% Vencidas	800.240	11.880	-	812.120	(243.636)	1.398.625	(419.587)
F 50% Normal	120.335	1.680	4.122	126.137	(63.068)	11.135	(5.568)
F 50% Vencidas	420.328	1.478	16.696	438.502	(219.250)	17.378	(8.689)
G 70% Normal	1.895	2.160	-	4.055	(2.838)	-	-
G 70% Vencidas	37.699	2.601	-	40.300	(28.210)	51.911	(36.338)
H 100% Normal	382.928	113	-	383.041	(383.042)	1.452.980	(1.452.980)
H 100% Vencidas	2.921.220	382.591	37.365	3.341.176	(3.341.175)	1.600.248	(1.600.248)
Total Normal	30.469.300	1.333.028	1.430.232	33.232.560	(855.505)	27.371.419	(1.705.107)
Total Vencidos	5.797.649	519.553	67.866	6.385.068	(3.870.780)	5.386.304	(2.162.447)
Total Geral	36.266.949	1.852.581	1.498.098	39.617.628	(4.726.285)	32.757.723	(3.867.554)
Provisões	(4.227.170)	(439.547)	(59.568)	(4.726.285)		(3.867.554)	
Total Líquido	32.039.779	1.413.034	1.438.530	34.891.343		28.890.169	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	4.649.043	8.943.182	20.597.594	34.189.819
Financiamentos	178.164	382.053	937.881	1.498.098
Conta Corrente	1.852.581	-	-	1.852.581
TOTAL	6.679.788	9.325.235	21.535.474	37.504.498

* Não incluem operações com títulos descontados.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	1.412.143	26.329.408	1.985.868	29.727.419	75%
Pessoa Física	440.439	9.358.508	91.262	9.890.209	25%
TOTAL	1.852.582	35.687.916	2.077.130	39.617.628	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	3.867.554	5.343.080
Constituições / Reversões	4.288.322	5.135.150
Transferência para prejuízo	(3.429.591)	(6.610.676)
TOTAL	4.726.285	3.867.554

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	1.619.235	4,00%	2.367.828	7,00%
10 Maiores Devedores	11.454.623	29,00%	12.335.052	37,00%
50 Maiores Devedores	26.996.144	68,00%	24.634.437	75,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	13.650.654	7.581.182
Constituições	3.429.591	6.610.676
Reversões	(863.877)	(541.204)
TOTAL	16.216.368	13.650.654

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honrados (a)	47.553	123.747
Rendas a Receber (a)	304.564	41.119
Diversos (b)	579.183	246.401
(-) Provisões para Outros Créditos (a)	(37.560)	(86.256)
TOTAL	893.740	325.011

(a) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
E 30% Normal	-	-	-	842	(252)
E 30% Vencidas	13.030	13.030	(3.909)	47.373	(14.211)
F 50% Vencidas	56	56	(28)	3.194	(1.597)
G 70% Vencidas	2.813	2.813	(1.969)	7.143	(5.000)
H 100% Vencidas	31.654	31.654	(31.654)	65.195	(65.195)
Total Normal	-	-	-	842	(252)
Total Vencidos	47.553	47.553	(37.560)	122.905	(86.004)
Total Geral	47.553	47.553	(37.560)	123.747	(86.256)
Provisões	(37.560)	(37.560)		(86.256)	
Total Líquido	9.993	9.993		37.491	

(b) Refere-se, basicamente, ao rendimento da aplicação na Central (centralização financeira), a ser creditado no mês seguinte.

(c) Em diversos estão contabilizados adiantamento para imobilizações, impostos a compensar, títulos a receber e outros valores pendentes de regularização.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	2.808.140	906.483
Despesas Antecipadas (b)	153.420	35.563
TOTAL	2.961.560	942.046

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB UNI**.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	2.624.032	3.501.328
TOTAL	2.624.032	3.501.328

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Instalações	10%	662.137	657.329
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(314.069)	(192.868)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	229.924	224.381
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(134.697)	(114.936)
Sistema de Comunicação	20%	6.110	122.872
Sistema de Processamento de Dados	10%	167.040	81.408
Sistema de Segurança	10%	18.671	18.671
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(174.607)	(170.650)
TOTAL		460.509	626.207

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré- fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré- fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	Taxa média	31/12/2017	Taxa média
Depósito à Vista	25.261.010	-	18.934.828	-
Depósito Sob Aviso	200.606	0,45% a.m.	189.589	0,49% a.m.
Depósito a Prazo	65.919.815	0,46% a.m.	57.778.328	0,50% a.m.
TOTAL	91.381.431		76.902.745	

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As

instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	22.488.353	25,00%	13.073.689	17,00%
10 Maiores Depositantes	58.856.481	66,00%	45.593.199	61,00%
50 Maiores Depositantes	73.083.091	82,00%	58.972.852	79,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(11.016)	(26.835)
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.741.342)	(5.781.707)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(117.000)	(104.180)
TOTAL	(3.869.358)	(5.912.722)

12. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	10.025	25.714
Sociais e Estatutárias	569.464	314.200
Fiscais e Previdenciárias	110.087	98.307
Diversas	845.142	238.853
TOTAL	1.534.718	677.074

12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados (a)	130.594	-
Resultado de Atos com Não Associados (a)	-	242.185
Cotas de Capital a Pagar (b)	438.870	72.015
TOTAL	569.464	314.200

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	14.520	-
Impostos e contribuições a recolher	95.567	98.307
TOTAL	110.087	98.307

12.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	49.233	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	218.655	204.736
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	112.924	30.736
Credores Diversos – País (c)	464.330	3.381
TOTAL	845.142	238.853

- (a) Referem-se à provisão de férias e respectivos encargos sociais.
- (b) Refere-se à contabilização, para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 2.570.731 (R\$ 2.059.843 em **31/12/2017**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
- (c) Credores Diversos – País contemplam, principalmente, cheques depositados (R\$ 4.645), diferença de caixa (R\$ 3.783), pendências a regularizar Bancoob (R\$ 4.871) e pendências a regularizar (R\$ 451.030) dentro do prazo regulamentar.

13. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNIGUARULHOS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	18.489.118	18.903.183
Associados	5.217	4.885

b) Perdas Acumuladas

Conforme Assembleia Geral realizada em **27 de abril de 2018**, foi deliberado que as perdas do exercício de 2017, no montante de R\$ 2.647.321, seriam absorvidas parcialmente pelo fundo de reserva, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$ 1.372.493. A Assembleia Geral deliberou, ainda, que as perdas remanescentes, no valor de R\$ 1.274.827, seriam destinadas para rateio com base na proporção direta das operações realizadas por cada associado, da seguinte forma: 60% em empréstimo, 10% em aplicação e 30% em conta corrente. Essas perdas serão compensadas com sobras futuras apuradas pela cooperativa, na forma estabelecida na Lei Complementar 130/2019.

Em **31 de Dezembro de 2018**, o saldo das perdas acumuladas corresponde ao montante de R\$ 3.379.741, conforme movimentação apresentada a seguir:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo das perdas no início do exercício	(3.599.386)	(914.395)
Recuperação de perdas	5.272	1.380
Transferência para capital	-	(39.050)
Compensação de perdas com o fundo de reserva	1.372.493	-
Perdas do exercício	(1.158.120)	(2.647.321)
Saldo das perdas no final do exercício	(3.379.741)	(3.599.386)

Informamos que a Cooperativa aderiu a um plano de ação junto à Central UNI para recuperação de indicadores. Desde o início do Plano já observamos uma queda considerável no índice da inadimplência, um aumento do patrimônio de referência, assim enquadrando o limite de exposição por cliente, redução do nível de provisão, aumento das receitas, com melhora contínua do resultado da Cooperativa.

15. Receitas Operações de Crédito

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	209.957	725.479
Rendas de Empréstimos	8.609.667	8.393.662
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	582.876	691.859
Rendas de Financiamentos	145.107	295.825
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	766.699	574.768
TOTAL	10.314.306	10.681.593

16. Dispêndios com Pessoal

Descrição	2018	2017
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	-	(11.384)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(511.707)	(688.880)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(586.098)	(392.232)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(600.952)	(515.829)
Despesas de Pessoal – Proventos	(1.410.668)	(1.138.475)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(13.795)	(2.947)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(4.716)	-
TOTAL	(3.127.936)	(2.749.747)

17. Outros Dispêndios Administrativos

Descrição	2018	2017
Despesas de Aluguéis	(246.743)	(176.912)
Despesas de Comunicações	(219.740)	(115.552)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(23.863)	(12.885)
Despesas de Material	(33.873)	(11.412)
Despesas de Processamento de Dados	(252.756)	(488.931)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(199.854)	(188.018)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(10.494)	(38.116)
Despesas de Seguros	(36.393)	(3.653)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.239.389)	(1.725.728)
Despesas de Serviços de Terceiros	(184.387)	(189.795)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(93.629)	(83.084)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(506.792)	(768.329)
Despesas de Transporte	(142.850)	(114.247)
Despesas de Viagem ao Exterior	(3.436)	-
Despesas de Viagem no País	(33.187)	(7.863)
Outras Despesas Administrativas	(147.844)	(247.996)
Despesas de Amortização e Depreciação	(173.772)	(144.838)
Emolumentos judiciais e cartorários	(262.013)	(7.958)
Rateio de despesas da Central	(1.421.556)	(1.694.145)
Rateio de despesa do Sicoob Confederação	-	(33.316)
TOTAL	(5.232.571)	(6.052.778)

18. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2018	2017
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	4.911	23.918
Rendas juros cartão de crédito	141.558	169.813
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	17.669	40.212
Crédito receita SIPAG - faturamento	3.467	1.056
Crédito receita SIPAG - antecipação	18.718	4.230
Rendas intercâmbio - cartão de crédito	27.503	38.978
Rendas intercâmbio - cartão de débito	41.035	50.480
Distribuição de sobras da central	-	26.156
Juros ao capital	74.500	-
Outras rendas operacionais	91.815	6.909
TOTAL	421.176	361.752

19. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2018	2017
Operações de Crédito – Desp. Descontos Concedidos Renegociações	(89.587)	(89.196)
Despesas de Provisões Passivas	(90.100)	-
Outras Despesas Operacionais	(388.122)	(727.580)
Descontos concedidos - operações de crédito	(172.034)	(545.236)
Cancelamento - tarifas pendentes	(14.009)	(6.044)
TOTAL	(753.852)	(1.368.056)

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2018**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	2.395.792	4,69%	11.907
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	517.750	1,01%	6.996
TOTAL	2.913.542	5,7%	18.903
Montante das Operações Passivas	24.185.400	52,98%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2018**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	21.670	217	5%
Conta Garantida	17.391	221	1%
Empréstimo	3.953.666	29.736	12%
Financiamento	92.353	168	6%
Títulos Descontados	93.786	469	5%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	3.987.049	15,97%	0%
Depósitos a Prazo	17.543.189	26,53%	0,49%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, nas mesmas condições observadas para todos os associados, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas
Desconto de Cheques	3,69% a.m.
Empréstimos	1,44% a.m.
Financiamento	1,9% a.m.
Aplicação Financeira - Pós Fixada	97,74% CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	7,51%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,27%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	2.387.524

e) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(511.707)

21. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR DA ÁREA DE SAÚDE DE GUARULHOS - UNIMAISDE GUARULHOS E REGIÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB UNIGUARULHOS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB UNI**:

Descrição	31/12/2018
Ativo	
Centralização Financeira	60.415.612
Investimentos	2.624.032

22. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

22.1 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

22.2 Riscos de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

22.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

22.4 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

22.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

22.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

23. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2018	2017
Índice de Basileia %	25,40	37,02

25. Provisão para riscos fiscais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Riscos Fiscais	Depósitos Judiciais	Provisão para Riscos Fiscais	Depósitos Judiciais
Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	21.000	-	110.975	-
Outros	-	52.671	-	52.671
TOTAL	21.000	52.671	110.975	52.671

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNIGUARULHOS**, existem processos judiciais de natureza fiscal e tributária nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 856.743.

GUARULHOS-SP, 31 de dezembro de 2018

JANAINE LOPES PIMENTEL

DIRETOR EXECUTIVO

JANETE RIBEIRO VIEIRA

CONTADOR 1SP250094-O4